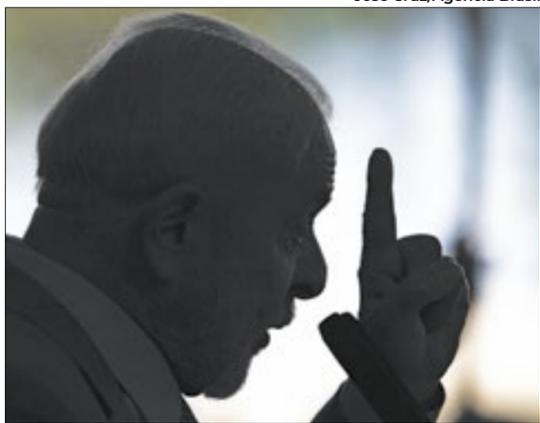


## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

José Cruz/Agência Brasil



Lula libera dinheiro: irá adiantar?

## O que governo pode comprar com R\$ 4,9 bilhões?

Desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou no domingo (21) com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o governo liberou R\$ 4,9 bilhões em emendas orçamentárias. O que exatamente Lula e Lira conversaram no domingo não se sabe ao certo. Porque nem um nem outro estão dispostos a contar. Como disse mesmo Lula, uma "conversa", não uma

"reunião". Desde então, porém, a maquininha de dinheiro público começou a girar com mais intensidade. O valor desta semana mais que dobra o que tinha sido liberado na semana passada – R\$ 2,4 bilhões. E a soma é 17 vezes maior do que tudo o que havia sido liberado até então pelo governo. O problema agora é saber: adiantará alguma coisa? Mudará algo?

## Derrotas

A manhã de quarta-feira (24) começou com o governo tendo de retirar da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado o projeto sobre o DPVAT, com o qual pretendia obter mais R\$ 15 bilhões. Começou, portanto, perdendo dinheiro e podendo perder mais com os vetos.

## Contrassenso

À noite, poderia perder mais com os vetos na pauta do Congresso. É um contrassenso. Porque o mesmo Congresso que pressiona por liberações representa os setores que pressionam por responsabilidade fiscal. De que jeito o governo irá cumprir suas metas?

Lula Marques/ Agência Brasil



Lira teme desaparecer após presidência

## Lira mira antecessores e teme o ostracismo

Na avaliação de parlamentares do governo que lidam com a articulação política, além dos problemas já conhecidos que tornam complicada a relação entre um governo comandado por um partido de esquerda e um Congresso de perfil bem mais conservador, um outro fator que pesa é a avaliação de Arthur Lira sobre seu

próprio futuro após deixar de ser presidente da Câmara. Arthur Lira mira a trajetória de seus antecessores mais recentes e faz de tudo para que seu futuro não seja o mesmo ostracismo. Rodrigo Maia hoje nem mais deputado é. Eduardo Cunha (PL-SP) e Arlindo Chinaglia (PT-SP) são deputados, mas sem o mesmo destaque.

## Sucessão

Parte do plano de Lira para não cair no ostracismo está em eleger seu sucessor. No caso, poderia fazer parecido com o que fez no Senado Davi Alcolumbre (União-AP): acertou a sucessão de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e se manteve em evidência para voltar depois.

## Elmar

Na Câmara, o "Pacheco" de Lira é Elmar Nascimento. Mas o presidente da Câmara percebe que Lula desde o início do ano vem trabalhando na surdina por um nome alternativo ao favorito de Lira. Mais especificamente, por Antonio Brito (PSD-BA).

## Alcolumbre

No comando da CCJ do Senado, Alcolumbre seguiu tendo importância. O que lhe garantiu poder pavimentar o caminho para voltar ao cargo de presidente em fevereiro do ano que vem, quando acabar o mandato de Rodrigo Pacheco.

## Orçamento

Na semana passada, Lira ficou irritado quando o ministro da Casa Civil, Rui Costa, liberou R\$ 2,4 bilhões em emendas orçamentárias, mas principalmente para o próprio PT, o MDB e o PSD. Era para azeitar o projeto Antônio Brito.

## Após recorde de emendas, sessão de vetos é adiada

Votação ficou marcada agora para os dias 7, 8 e 9 de maio

Por Gabriela Gallo

Esta quarta-feira (24) foi um dia marcado por diversas negociações e troca de favores para que o governo federal não saísse tão prejudicado na sessão do plenário do Congresso Nacional que analisa 32 vetos presidenciais. E os esforços parecem ter rendido frutos – ou pelo menos mais tempo para o Executivo se organizar. Diante da perspectiva de uma derrota, a sessão foi adiada para a semana entre 7 e 9 de maio, mas ainda sem uma data definida. O novo adiamento vinha sendo especulado ao longo do dia, em especial pela falta de acordo nos vetos referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), e foi confirmada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em uma coletiva de imprensa sobre a regulamentação da reforma tributária, à noite.

Todos os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) são parciais. Esta é a segunda vez que a sessão é adiada. Inicialmente, ela iria ser votada dia 18. Depois, foi adiada para o dia 24 e, finalmente, será remarcada para 7, 8 ou 9 de maio, sendo a última, uma quinta-feira, a data limite para ser votada. Dentre os principais vetos está o Orçamento de 2024 e também o fim das saídas para pessoas privadas de liberdade.

As negociações foram intensas. Ao longo do dia, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniu com o líder do governo no Congresso, senador Randolfé Rodrigues (Sem Partido-AP), e os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil). Do outro lado, o presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) passou o dia em reunião com os líderes da Casa e também se encontrou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A sessão foi adiada novamente à contragosto de Arthur Lira. "A minha preocupação é



Lula Marques/ Agência Brasil

Depois de dia de reuniões intensas, Pacheco adia sessão

que, por falta de iniciativa de reuniões ou de tentativas de acordo, essas matérias não sejam encaminhadas, os vetos não sejam apreciados. Tanto da LDO, quanto do orçamento e de outros projetos", disse em conversa com a imprensa.

Mas o verdadeiro motivo da sessão ter sido adiada foram as intensas investidas do governo federal em liberações recordes de emendas parlamentares para o Congresso. Nas vésperas da sessão de vetos, nesta segunda-feira (22), o governo federal liberou R\$ 2,7 bilhões em emendas a congressistas aliados. Esse valor somado aos R\$ 2,4 bilhões entre 15 e 19 de abril, totalizam R\$ 5,1 bilhões.

A soma dos últimos 12 dias é quase 17 vezes o que o Executivo tinha liberado para o Legislativo, desde o início de 2024 até 12 de abril. Além disso, os parlamentares também esperam que sejam liberados mais R\$ 37 bilhões de emendas até antes das eleições municipais.

## DPVAT

Horas antes da sessão no plenário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou a votação do projeto de lei complementar (PLP) nº 233/2023 que determina o Seguro Obrigatório para Vítimas de Acidentes de Trânsito (SVAT), que substitui o DPVAT (Danos pessoais causados

por veículos automotores de via terrestre), que foi extinto em 2019 durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Caso o projeto seja aprovado, o texto abre uma folga de R\$ 15 bilhões no Orçamento. Além disso, um dos trechos incluído no projeto antecipa R\$ 15,7 bilhões em créditos suplementares para o governo ainda neste semestre.

O projeto foi retirado de pauta pelo próprio relator da proposta, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Inicialmente, a proposta do governo era aprovar o PLP como uma compensação tributária pelo veto orçamentário de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão (veto que será discutido na sessão do Congresso). Porém, nos bastidores circulava que o adiamento da votação era uma estratégia do governo para postergar a sessão de vetos. Se esse era mesmo esse o objetivo, deu certo.

## Orçamento

O maior embate entre parlamentares e governo se refere ao corte orçamentário de R\$ 5,6 bilhões para emendas de comissão. Inicialmente, o valor estava previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), mas o governo federal voltou atrás e vetou o valor. O argumento é que a inflação de 2023 foi abaixo do esperado, o que justificaria uma redução no montante do orça-

mento para 2024 e, consequentemente, uma redução na arrecadação de impostos.

Na versão aprovada pelos parlamentares, esse tipo de emenda previa R\$ 16,6 bilhões, mas, com o veto, a previsão caiu para R\$ 11 bilhões, um valor ainda superior ao do ano passado (R\$ 7,5 bilhões). E esse corte não foi bem avaliado pelos congressistas, que argumentam que os valores para emendas de comissão são necessários para que eles possam encaminhar recursos aos seus redutos eleitorais para as eleições municipais em outubro deste ano.

O relator da LDO 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), destaca que os vetos precisam ser julgados logo, para garantir a segurança orçamentária dos municípios, os redutos eleitorais dos deputados e senadores.

"É importante a reafirmação da sessão porque os municípios estão ávidos por esses recursos. No ano passado, os recursos da saúde só foram chegar no final do segundo semestre, prejudicando sobretudo a população mais pobre, no Norte e Nordeste. Faço essa conclamação para que essa comissão que valoriza a lei mais importante do congresso também possa ter o entendimento da necessidade e urgência da votação do Congresso nacional dos vetos tanto da LDO como da LOA", destacou Danilo Forte.

Porém, de acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU), "o Poder Executivo não é obrigado a dar cumprimento a todas as emendas parlamentares". As únicas emendas de execução orçamentária e financeira obrigatórias são as emendas individuais, limitadas a 2% da Receita Corrente Líquida (RCL), e as emendas de bancada, limitadas a 1% da RCL. Dessa forma, mesmo que os parlamentares derrubem o veto das emendas de comissão em maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não é obrigado a liberar os recursos. Mas isso deverá causar mais atrito em Executivo e Legislativo.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Google irá restringir todo tipo de propaganda política

## Google vai proibir anúncios políticos

Por Ana Paula Marques

O Google informou que, a partir de maio, não irá mais permitir o impulsionamento de anúncios políticos em suas plataformas para as eleições municipais deste ano. A decisão foi tomada após a atualização das regras para impulsionamento de propaganda eleitoral feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em fevereiro desse ano.

A mudança afetará as regras de conteúdo político do Google Ads, incluindo serviços como o de busca e o YouTube. A empresa alega dificuldades técnicas para cumprir a resolução do TSE, que exige monitoramento em tempo real de anúncios e disponibilização de ferramentas de pesquisa específicas. Por isso, a rede está proibindo o impulsionamento. Em nota, o Google informou que a

restrição aos anúncios começará em maio, quando as resoluções do TSE entrarão em vigor.

## Resolução

Essa resolução, de número 23.732, traz uma definição de "conteúdo político-eleitoral" considerada ampla demais pelo Google. Para o TSE, esse tipo de propaganda é toda aquela que "versar sobre eleições, partidos políticos, federações e coligações, cargos eletivos, pessoas detentoras de cargos eletivos, pessoas candidatas, propostas de governo, projetos de lei, exercício do direito ao voto e de outros direitos políticos ou matérias relacionadas ao processo eleitoral".

Além disso, a norma proíbe manipulações de conteúdo falso para criar ou substituir imagem ou voz de candidato com o objetivo de prejudicar

ou favorecer candidaturas. A restrição do uso de chatbots, os softwares que simulam uma conversa com pessoas de forma pré-programada e avatares para intermediar a comunicação das campanhas com pessoas reais também foi aprovada.

Pelas novas regras, as redes sociais também deverão tomar medidas para impedir ou diminuir a circulação de inverdades ou informações descontextualizadas. As plataformas que não retirarem conteúdos antidemocráticos e com discurso de ódio, como falas racistas, homofóbicas ou nazistas, serão responsabilizadas.

## Vedação

Para o advogado especialista em direito eleitoral Alberto Rollo, a resolução poderá atrapalhar o pequeno candidato ou aquele

menos conhecido. "É por meio das redes sociais que esse candidato encontra uma maneira barata de divulgar suas pretensões. A vedação acaba indo na contramão da universalização da propaganda e barateamento, já que outras formas mais caras e custosas poderão ser usadas. Prejudica a campanha menos suja, por exemplo, já que mais papel vai ser necessário para suprir as redes sociais", explica.

Entretanto para o especialista, no ponto de vista da desinformação é sem dúvida um passo importante. Com o impulsionamento da desinformação política proibido, "vai ajudar muito a evitar as fake news. É uma decisão comercial da empresa Google. Se alguém descumprir, quem pode aplicar sanções é a empresa, não o TSE", disse.